

# Nota Informativa

Edição 064/2024

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Cidades com 5G na faixa 3,5 GHz chegam a 3,8 mil

Reforma tributária tira benefício de redes sociais e Google e eleva imposto

ANPD aprova o Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança

Presidente da Anatel defende Agência como órgão regulador das plataformas digitais

FCC restaura neutralidade de rede nos Estados Unidos

Governo quer cobrar IVA na importação de software pela internet

Anatel quer avaliar efeito de acordos de RAN sharing no mercado móvel

Telecom investe 25% do gasto com publicidade na modalidade digital

IA generativa vai beneficiar telecom, mas uso deve focar em problemas

Plano de investimento de R\$ 12,7 bilhões do FNDCT para 2024 é aprovado

Anatel: TV por assinatura acabou e streaming entra no cálculo de mercado

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta do governo regulamenta cashback previsto na reforma tributária

Proposta de reforma tributária permite que Estados e municípios alterem alíquotas de impostos

Reforma tributária: lei prevê mecanismo que barateia crédito bancário a empresas

Reforma mantém carga do setor financeiro e prevê créditos

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo tem potencial de influência em 78 cadeiras de conselhos de empresas abertas

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Receita Federal lança eBook com estudos tributários e aduaneiros

Reoneração imediata cria insegurança jurídica, dizem analistas

G20: Brasil promove debate sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Estudo da Fazenda evidencia que atual desoneração da folha contraria o interesse público

Desoneração: 'Governo federal erra ao judicializar a política', diz Pacheco sobre decisão de Zanin

Empresas, sociedade e govorno discutem impactos da regulação econômica das plataformas digitais

Câmara vai discutir substitutivo para projeto do govorno que cria Letra de Crédito de Desenvolvimento

Medida provisória busca ampliar crédito para baixa renda e pequenos negócios

Sociedade civil integrada ao G20: encontro inédito ocorre na capital federal

## EDUCAÇÃO

Piloto de escolas conectadas do GAPE é premiado pela UIT; govorno abandonou modelo

## JUDICIÁRIO

Eleitos novos presidente e vice-presidente do STJ e CJF

STF recebe segunda ação contra pontos da lei sobre igualdade salarial entre homens e mulheres

Zanin suspende desoneração da folha de pagamento

Govorno Lula aciona STF contra desoneração da folha de empresas e prefeituras

## POLÍTICA

Pacheco anuncia que recorrerá ainda na sexta-feira (26) à decisão de Zanin contra a desoneração: 'Não há inconstitucionalidade em prorrogação'

Campos Neto elogia Haddad e defende maior revisão de gastos

Câmara se irrita com govorno Lula e Senado e teme atraso de recursos antes da eleição

Arthur Lira cobra maior participação de Lula na articulação política

## RELAÇÕES EXTERIORES

Anvisa participa de eventos sobre gestão coordenada de fronteiras

## TRABALHISTA

Projeto aumenta valor de benefício pago a pessoa com deficiência que trabalha

Luiz Marinho debate durante seis horas PLP 12/24 no Congresso Nacional

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### Cidades com 5G na faixa 3,5 GHz chegam a 3,8 mil

Poder Executivo | 26/04/2024 – 15h24min

A partir do dia 29, as operadoras de telecomunicações que adquiriram direitos na faixa de frequência de 3,5 GHz estarão autorizadas a iniciar o processo para implantar o 5G em mais 220 municípios brasileiros. Essa permissão foi estabelecida durante a Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na faixa de 3.625 a 3.700 MHz (Gaispi), realizada na sexta-feira, 26. O procedimento envolve a solicitação de licenciamento e ativação das estações de transmissão de 5G à Anatel. O presidente da Anatel e do Gaispi, Carlos Baigorri, afirmou que com a decisão, serão 3,8 mil os municípios com a faixa de 3,5 GHz disponível para utilização por estações 5G. “No total, serão aproximadamente 186,5 milhões de brasileiros recebendo esse serviço, o que corresponde a aproximadamente 87,4% da população do Brasil”, pontuou. O Maranhão lidera o ranking dos estados com maior número de município dessa lista, com 148. Seguido pelo Sergipe, com 38, e Espírito Santo, com 26. A liberação da faixa não implica na instalação imediata de redes 5G nestas cidades, no entanto. A implementação antecipada dessas estações depende do planejamento de cada operadora móvel. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Reforma tributária tira benefício de redes sociais e Google e eleva imposto

Mercado | 26/04/2024 – 14h25min

As redes sociais e os mecanismos de busca como o Google passarão a pagar a alíquota cheia do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) com a entrada em vigor da reforma tributária a partir de 2026. A alíquota média do tributo deve ficar em 26,5%, de acordo com cálculos do Ministério da Fazenda. Hoje, essas empresas são taxadas via ISS (Imposto sobre Serviços, de escopo municipal). Conforme lei federal, a alíquota desse imposto pode variar de 2% a 5% (os municípios definem quanto cobrar, dentro dessa faixa). Pagam também PIS e Cofins, cujo cálculo é feito diretamente sobre a receita, embora sejam isentas de ICMS (imposto estadual sobre bens). Com isso, deve subir a carga tributária sobre: a dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, Meta, o Google, o TikTok, o X, de Elon Musk, entre outras plataformas de comunicação. Essas empresas precisarão recolher IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), dos estados e municípios, e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), do governo federal. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### ANPD aprova o Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança

Poder Executivo | 26/04/2024 – 10h38min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou dia 26 a Resolução nº15/2024, que aprovou o Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança (RCIS). O normativo tem os objetivos de mitigar ou reverter prejuízos gerados por incidentes; de assegurar a responsabilização e a prestação de contas; de promover a adoção de boas práticas de governança, prevenção e segurança; e de fortalecer a cultura de proteção de dados pessoais no País. O RCIS prevê que o controlador deve comunicar a ANPD e o titular de dados sobre a ocorrência de incidentes de segurança que possam ocasionar risco ou dano relevante. A obrigatoriedade está diretamente relacionada ao possível prejuízo a interesses e direitos fundamentais dos titulares e ao envolvimento de dados pessoais sensíveis, de menores de idade, financeiros, de autenticação em sistema, protegidos por sigilo ou tratados em larga escala. O regulamento também traz os prazos para que o controlador efetive a comunicação e quais informações devem ser encaminhadas. O normativo traz, também, a obrigatoriedade de manter o registro dos incidentes de segurança com dados pessoais por ao menos cinco anos. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Presidente da Anatel defende Agência como órgão regulador das plataformas digitais**

Poder Executivo | 26/04/2024 – 10h03min

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, voltou a defender que a Agência é o ente estatal, hoje, que reúne as melhores condições para assumir eventual regulação do mercado de plataformas digitais: tem independência financeira, autonomia de decisões, corpo técnico qualificado e um histórico que soma, em 2024, 27 anos de atuação na regulação do setor de telecomunicações. “Eu já manifestei publicamente diversas vezes por entender, não é uma posição pessoal minha, mas institucional, que a Agência Nacional de Telecomunicações é a instituição do estado brasileiro hoje mais preparada para assumir, eventualmente, as competências regulatórias no que era o PL 2630”. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **FCC restaura neutralidade de rede nos Estados Unidos**

Poder Executivo | 26/04/2024

A Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos (FCC, na sigla em inglês) votou, na quinta, 25/4, pela restauração da neutralidade de rede no País. Foram três votos favoráveis e dois contrários à pauta. O comunicado afirma que a volta visa a reestabelecer um padrão nacional para garantir que a internet seja rápida, aberta e justa. A decisão de reclassificar o serviço de banda larga como um serviço de telecomunicações do Título II permite à FCC proteger os consumidores, defender a segurança nacional e promover a segurança pública, diz a nota. A Comissão criou uma norma nacional por meio da qual pode garantir que o serviço de internet de banda larga seja tratado como um serviço essencial. A votação também deixou claro que a FCC exercerá a sua autoridade sobre a banda larga de uma forma estritamente adaptada – sem regulação de tarifas, tarifas ou separação – para promover a inovação e o investimento contínuos. Em nota, afirmou que “com a votação, a Comissão restaura a autoridade fundamental para fornecer uma supervisão eficaz dos prestadores de serviços de banda larga”. Com isso, a Comissão contará com ferramentas essenciais para proteger a internet aberta, ficando os provedores de serviços de internet novamente proibidos de bloquear, limitar ou se envolver em priorização paga de conteúdo legal, restaurando as regras que foram mantidas pelo Circuito D.C. em 2016. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Governo quer cobrar IVA na importação de software pela internet**

Poder Executivo | 26/04/2024

O projeto de lei complementar 68/24, que regulamenta a primeira etapa da reforma tributária, inclui a pretensão do governo federal de cobrar IVA de todos os software importados pela internet. Segundo o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, “a importação de serviço e bem imaterial é equiparada a uma operação no Brasil”, mas isso exige que o fornecedor se registre no país. “Se uma empresa estrangeira vende software para o Brasil, pela internet, é obrigada a se inscrever como fornecedor e recolher imposto no Brasil”, afirmou Appy em entrevista coletiva para explicar os principais pontos do PLP 68/24. Falta combinar com os russos, como diria Garrincha. No mercado, uma ponderação é de que com o download feito direto na máquina dos usuários, haveria dificuldade de controlar na prática essa ideia conceitual. O secretário especial da reforma tributária ressaltou que no caso de venda por meio de plataformas digitais (marketplaces), são essas as responsáveis pelo recolhimento dos tributos. Mas não está claro como fica essa ideia no caso de plataformas que não têm registro de operação no Brasil. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Anatel quer avaliar efeito de acordos de RAN sharing no mercado móvel

Poder Executivo | 25/04/2024 – 21h48min

O Conselho Diretor da Anatel determinou na quinta-feira, 25, que a área técnica da agência comece a avaliar o efeito a longo prazo de acordos de compartilhamento de rede de acesso (RAN sharing, na sigla em inglês) na competição do segmento móvel. A orientação fez parte de aval para um aditivo de acordo de RAN sharing entre Vivo e TIM, firmado em 2015 e que passou por mudanças para refletir a saída da Oi Móvel do mercado. Devolvendo o processo após pedido de vista, o conselheiro Vicente Bandeira de Aquino votou por sinal verde ao acordo (decisão seguida pelo colegiado), mas aproveitou a ocasião para propor “reflexão mais abrangente” sobre o modelo de compartilhamento de redes. Segundo informou o conselheiro na reunião, a Anatel homologou de 2013 até hoje 16 acordos de RAN sharing entre operadoras, sendo os três últimos celebrados em 2021. “Nós devemos avaliar os efeitos de todos esses contratos de forma conjunta, e não de forma individualizada”, defendeu Aquino, pedindo análise sobre possíveis desequilíbrios nos acordos existentes. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Telecom investe 25% do gasto com publicidade na modalidade digital

Mercado | 25/04/2024 – 19h45min

Cerca de 25% dos investimentos em publicidade das operadoras de telecom em 2023 aconteceram em mídias digitais, aponta a pesquisa do Interactive Advertising Bureau (IAB Brasil) realizada pela Kantar Ibope Media. O setor supera áreas como saúde (24%), construção (20%) e brinquedos (16%), mostra o estudo, mas ainda está abaixo de outros segmentos mais intensivos em publicidade digital – como serviços em geral (49%), mercado pet (45%) e mídia (44%). De acordo com a pesquisa, a publicidade digital no Brasil registrou alta de 8% nos investimentos em 2023, para R\$ 35 bilhões na soma de todos os setores da economia. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### IA generativa vai beneficiar telecom, mas uso deve focar em problemas

Mercado | 25/04/2024 – 19h10min

O uso da inteligência artificial (IA) generativa deve otimizar processos e reduzir

custos na indústria de telecom, mas o seu emprego deve ser pautado em resolver problemas objetivos, avaliam executivos do setor. Uma pesquisa da Accenture aponta que 10% das receitas das operadoras devem ser impulsionadas pela IA generativa, destacou a vice-presidente de tecnologia, evolução digital, agilidade e inovação da Algar Telecom, Zaima Milazzo. Por isso, as empresas do setor devem investir US\$ 25 bilhões nos próximos dois anos em soluções de IA globalmente. Para cada US\$ 1 investido, as teles teriam um retorno aproximado em três vezes. "Acredito que a IA generativa não é um hype como foi com o metaverso. Quando a gente observa a tecnologia em si, toda a disrupção teve como drive o tratamento de dados. A gente teve primeiro o advento dos computadores e depois o dos smartphones. Agora, estamos na era do IoT, com os dispositivos gerando dados", afirmou a executiva da Algar. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Plano de investimento de R\$ 12,7 bilhões do FNDCT para 2024 é aprovado**

Poder Executivo | 25/04/2024 – 15h

O Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) aprovou o Plano Anual de Investimento (PAI) do fundo para 2024, durante reunião na quarta-feira (24), em Brasília. Serão investidos R\$ 12,7 bilhões em recursos não reembolsáveis e reembolsáveis no decorrer deste ano em 10 programas estruturantes e mobilizadores. Na abertura da reunião, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, ressaltou a importância dos recursos do FNDCT para ajudar o Brasil a enfrentar os desafios nacionais e oferecer produtos, serviços e soluções para a população. "O Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia precisa ganhar cada vez mais robustez. Damos passos neste caminho com a capacidade de articulação e esforço de convergência das instituições que participam deste conselho diretor", afirmou. Durante o encontro foi apresentado um balanço dos investimentos realizados com recursos do FNCT em 2023 e os previstas para 2024, divididos em recursos não reembolsáveis e reembolsáveis. O Plano Anual de Investimento está estruturado em 10 programas estratégicos, com diversas ações que receberão investimentos principalmente por meio de chamadas públicas da Finep e CNPq, vinculados ao MCTI. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Anatel: TV por assinatura acabou e streaming entra no cálculo de mercado**

Poder Executivo | 25/04/2024

A Anatel decidiu na quinta, 25/4, que o mercado tradicional de TV por assinatura, o Serviço de Acesso Condicionado, ou Seac, acabou no Brasil. Em medida cautelar, o conselho diretor da agência decidiu incluir os assinantes de serviços de streaming de vídeo pela internet na base de cálculo de participação de mercado. A lógica é que só a Netflix, com mais de 19 milhões de assinantes, é maior que todo o mercado Seac no país, com 11,3 milhões. Com isso, mesmo os maiores provedores do país passem a ser considerados como prestadoras de pequeno porte e se livrem de uma série de obrigações regulatórias. "Isso decorre do entendimento de que esse mercado deixou de existir, dado que o streaming compete com a prestação de serviço de TV por assinatura. É uma releitura da participação de mercado, a partir da compreensão ampliada do que é mercado relevante", explicou o autor da proposta, conselheiro Arthur Coimbra. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

### **Proposta do governo regulamenta cashback previsto na reforma tributária**

Poder Legislativo | 26/04/2024 – 14h41min

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 regulamenta a devolução de uma parcela dos tributos pagos sobre o consumo, o chamado cashback. A medida vai beneficiar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 706 hoje) inscritas no Cadastro Único de programas sociais (CadÚnico). O texto prevê a devolução de 100% da CBS para compra de botijão de gás (13 kg); 50% da CBS para contas de luz, água e esgoto, e de gás encanado; e 20% da CBS e do IBS sobre os demais produtos, como compras em supermercado. A União, os estados e os municípios poderão fixar percentual mais elevado em lei, desde que limitado a 100% do tributo. O governo afirma que as devoluções tomam como base praticamente todo o consumo de bens e serviços realizado pelas famílias de baixa renda. Os únicos produtos excetuados são aqueles sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcóolicas, considerados danosos à saúde. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Proposta de reforma tributária permite que Estados e municípios alterem alíquotas de impostos**

Poder Legislativo | 26/04/2024 – 05h

Apesar de o Ministério da Fazenda estimar uma alíquota padrão de referência de 26,5%, sendo de 8,8% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e de 17,7% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a União, os Estados e os municípios poderão fixar percentuais diferentes, caso aprovado em seus Legislativos. “A alíquota de referência é adotada automaticamente para União, Estados e municípios. Se os entes quiserem arrecadar mais ou menos, eles podem na sua assembleia aprovar uma lei cobrando mais ou menos”, explicou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em entrevista coletiva na quinta-feira, 25, para detalhar os pontos do projeto de lei que regulamenta a reforma tributária do consumo, que cria a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, em substituição ao Pis/Cofins, ICMS, ISS e ao IPI. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Reforma tributária: lei prevê mecanismo que barateia crédito bancário a empresas**

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 18h36min

O projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária dos impostos sobre o consumo prevê um mecanismo que desonera o financiamento bancário às empresas - ou seja, que tem o potencial de baratear o crédito às pessoas jurídicas. Isso porque as companhias que pegarem dinheiro emprestado nos bancos terão direito a um crédito de CBS (IVA federal) e IBS (IVA estadual e municipal), que poderá ser usado na cadeia dessas empresas, reduzindo o pagamento desses tributos. Isso, porém, não se aplica às pessoas físicas, uma vez que elas não geram e nem abatem créditos. “Do lado do banco, ele está pagando IVA em cima da margem financeira dele (o chamado spread bancário, diferença entre custo de captação do dinheiro e do juro cobrado dos clientes) e, do lado do tomador, ele vai ter direito a créditos do tributo”, afirma Daniel Loria, diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. “É algo que tem um potencial bastante transformador”, disse. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Reforma mantém carga do setor financeiro e prevê créditos**

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 18h01min

O projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária estabelece regime específico para serviços financeiros, que contemplam intermediação financeira, arrendamento mercantil, seguros, capitalização e similares. A base de cálculo será a

margem da operação. A alíquota será uniforme nacionalmente, conforme previsto constitucionalmente. O texto proposto traz a metodologia para fazer o cálculo, mas não crava a alíquota final. Foram contemplados alguns serviços que não estavam expressos na lei, como corretor de seguros e assessor de investimentos, segundo o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria, em entrevista à imprensa. Não há incidência sobre receitas financeiras das empresas não-financeiras. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Governo tem potencial de influência em 78 cadeiras de conselhos de empresas abertas

Poder Executivo | 26/04/2024 – 11h

Com as seis cadeiras que garantiu no conselho de administração da Petrobras, na quinta (25), o governo tem um potencial de influência em ao menos 78 cadeiras de conselhos de administração de companhias com capital aberto, segundo mapeamento feito pela Folha. Dos 241 assentos em 31 empresas com registro ativo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e participação acionária da União Federal ou de estatais, 32,4% podem ser usados como instrumento do governo. Uma lista inicial com as participações da União em companhias abertas feita pela L4 Capital, a pedido da reportagem, baseou o levantamento. A pesquisa foi complementada com dados da CVM, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da Previ e da Petros —fundos de pensão do Banco do Brasil e da Petrobras, respectivamente—, além de informações cedidas pelas empresas. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### Receita Federal lança eBook com estudos tributários e aduaneiros

Poder Executivo | 26/04/2024 – 15h23min

A Receita Federal do Brasil lançou na Assembleia Geral do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), na quinta-feira, o eBook com a Coletânea de Estudos do I Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro, que ocorreu em 2023 para debater com a sociedade questões afetas à área da Secretaria, integrar conhecimento técnico e teórico, estudos acadêmicos e procedimentos operacionais, conhecer experiências internacionais e ouvir as demandas dos diversos segmentos econômicos e produtivos brasileiros. Participaram da obra 39 autores, entre eles auditores-fiscais da Receita Federal e outras autoridades da administração pública, professores e pesquisadores de renomadas universidades brasileiras e representantes de organismos nacionais e internacionais. A publicação foi realizada com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Fonte: ASCOM Receita Federal

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Reoneração imediata cria insegurança jurídica, dizem analistas

Poder Judiciário | 26/04/2024 – 14h55min

A decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Cristiano Zanin de suspender a eficácia de trechos da lei 14.784 de 2023, que prorrogou a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até 2027, desagradou as empresas e o Congresso Nacional— que é contrário à judicialização da pauta. Mais do que isso, a medida surpreendeu analistas pelo timing da suspensão. A liminar foi concedida por Zanin na noite

de 5ª feira (25.abr.2024), na última semana de abril, período em que as empresas calculam as folhas de pagamento do mês. A decisão do ministro fará com que esses setores sejam obrigados a alterar suas bases de cálculo. Especialistas consultados pelo Poder360 declararam que a medida provoca insegurança jurídica. A desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Com a suspensão em vigor, as empresas precisarão agilizar seus procedimentos internos para voltar a contribuir por 20%, um valor bem acima do habitual dos últimos anos, já na 1ª semana de maio. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **G20: Brasil promove debate sobre comércio e desenvolvimento sustentável**

Poder Executivo | 26/04/2024 – 14h07min

O Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos encerrou na quinta-feira (25/4), em Brasília, a primeira rodada de reuniões presenciais sob a presidência brasileira. O grupo é formado pelas principais economias do mundo que respondem por 75% do comércio global. Uma das principais discussões do grupo girou em torno da relação entre o comércio e o desenvolvimento sustentável. De acordo com o embaixador Fernando Pimentel, diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores, o objetivo do lado brasileiro é tratar do nexo entre comércio e desenvolvimento sustentável, fazendo com que as duas agendas se complementem e evitando impactos negativos desnecessários às trocas comerciais. Para o Brasil, é “muito importante essa busca de entendimento entre os países do G20. Trata-se de aspecto crucial do comércio internacional nos dias atuais”, afirmou Pimentel. Segundo a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Tatiana Prazeres, o governo brasileiro entende ser necessário lançar luz sobre essa discussão, uma vez que há repercussões ao comércio decorrentes de medidas associadas ao desenvolvimento sustentável. “Mesmo quando o objetivo é legítimo, a proliferação dessas medidas é algo que nos preocupa, sobretudo pelo risco de fragmentação do comércio, o que traz aumento de custos para exportadores e produtores.” Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Estudo da Fazenda evidencia que atual desoneração da folha contraria o interesse público**

Poder Executivo | 26/04/2024 – 10h37min

A prorrogação irrestrita do modelo de desoneração da folha de pagamentos presente na Lei nº 14.784/2023, aprovada no Congresso Nacional no final do ano passado, contraria o interesse público. É o que aponta a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda (MF) no estudo “Desoneração da Folha de Pagamentos — Análise setorial da política prorrogada e proposta de revisão”, divulgado na sexta-feira (26/4). Além de indicar que “o desenho atual da política não é justificável em termos de eficácia, efetividade e interesse público”, a SPE destaca que “a racionalização do benefício da folha de pagamentos e a mudança de seu desenho é uma recomendação de política pública que deve ser buscada pelos atores envolvidos no processo de policy-making do país”. “Dado o elevado custo fiscal da medida, que implica menor disponibilidade de recursos para outras políticas públicas essenciais, pode-se concluir que a prorrogação irrestrita do modelo de desoneração presente na Lei nº 14.784/2023, aprovada no Congresso Nacional, contraria o interesse público”, enfatiza o material da SPE. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Desoneração: 'Governo federal erra ao judicializar a política', diz Pacheco sobre decisão de Zanin**

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 23h08min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) criticou a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que atendeu a um pedido do governo e suspendeu trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores da economia e de municípios. “O governo federal erra ao judicializar a política e impor suas próprias razões, num aparente terceiro turno de discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento”, diz o presidente do Senado, em nota divulgada na noite de quarta-feira (25). A ação foi ajuizada na quarta-feira (24) e assinada pelo próprio presidente Lula, além do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias. O governo alegou que a lei, promulgada no final do ano passado, não demonstrou o impacto financeiro da medida, conforme exigido pela Constituição. No início do mês, Pacheco decidiu não prorrogar o trecho de uma medida provisória (MP) editada pelo governo que estabelecia a reoneração dos municípios, o que foi visto como uma derrota para a União. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Empresas, sociedade e governo discutem impactos da regulação econômica das plataformas digitais**

Poder Executivo | 25/04/2024 – 19h10min

O Ministério da Fazenda (MF), em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), realizou, na quarta-feira (24/4), o Seminário Plataformas Digitais: impactos econômicos e concorrenciais em debate. O evento, que contou com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, teve como objetivo discutir se as regras concorrenciais vigentes são suficientes ou se há necessidade de elaborar uma nova regulamentação para dar conta dos desafios do mercado digital brasileiro. O seminário faz parte do contexto da tomada de subsídios sobre aspectos econômicos e concorrenciais das plataformas digitais, que está aberta para contribuições até o dia 2 de maio, na plataforma Participa + Brasil, com o mesmo foco do seminário. As sugestões serão consolidadas em um relatório a ser apresentado posteriormente pela Secretaria de Reformas Econômicas. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Câmara vai discutir substitutivo para projeto do governo que cria Letra de Crédito de Desenvolvimento**

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 17h17min

A Câmara dos Deputados vai discutir um substitutivo para o projeto de lei do Executivo que prevê a criação da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD). A LCD foi pensada como um instrumento de captação de recursos da ordem de R\$10 bilhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP), o texto apresentado pelo governo, no fim do ano passado, deve ser apensado ao projeto de lei 6021/2023, que propõe a criação de letras de crédito para financiar a indústria. Lippi é relator do PL 6021/2023, de autoria do deputado Heitor Schuch (PSB-RS), na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados. Ele participou na quinta-feira (25) de evento na sede do BNDES, no Centro do Rio. De acordo com Lippi, a proposta de Schuch é similar ao texto enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, em caráter de urgência, motivo pelo qual os textos serão apensados em um substitutivo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Medida provisória busca ampliar crédito para baixa renda e pequenos negócios**

Poder Executivo | 25/04/2024 – 18h20min

O governo federal publicou a MP 1.213/2024, que cria o Programa Acredita, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para famílias de baixa renda e pequenos negócios. O texto foi publicado no Diário Oficial da União na terça-feira (23) e já está em vigor. Para virar lei, a MP será analisada em comissão mista do Congresso e, depois, será votada pela Câmara e pelo Senado. Deputados e senadores já começaram a apresentar emendas à matéria. A medida provisória cria um programa de microcrédito (operações em torno de R\$ 6 mil) para inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), o programa vai garantir empréstimos contratados pelo público-alvo. Pelo menos metade das concessões devem ser direcionadas a mulheres. Também cria o programa Desenrola Pequenos Negócios, destinado à renegociação de dívidas dos microempreendedores individuais (MEIs), das microempresas e das pequenas empresas.

Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Sociedade civil integrada ao G20: encontro inédito ocorre na capital federal**

Poder Executivo | 25/04/2024 – 16h07min

Como pensar em construir um mundo mais justo e um planeta mais sustentável para as populações sem, justamente, a participação dessas pessoas? Esse é um dos grandes propósitos da presidência brasileira do G20 neste ano: incluir a sociedade civil nos processos de debate e busca por soluções frente às desigualdades e os dilemas ambientais. Foi assim que o G20 Social foi pensado, um fórum que contemple, com caráter formal e apoio do governo federal, os 13 grupos de engajamento que até então acompanhavam o fórum das maiores economias do mundo de forma paralela. Desta forma, na quinta-feira (25), um importante e inédito passo nesse caminho foi dado: o I Encontro Ampliado do G20 Social, reunindo grupos de engajamento, movimentos sociais, autoridades do governo federal e representantes das trilhas de Finanças, o diplomata Antonio Cottas, e de Sherpas, o embaixador Mauricio Lyrio. O evento ocorre no Palácio do Planalto, em Brasília/DF, um ato também simbólico, ao receber os representantes civis na sede do Poder Executivo Federal para o Encontro. Fonte: ASCOM SG

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **EDUCAÇÃO**

### **Piloto de escolas conectadas do GAPE é premiado pela UIT; governo abandonou modelo**

Poder Executivo | 25/04/2024 – 16h39min

A Anatel foi indicada como campeã em duas categorias do Prêmio WSIS 2024 – World Summit on the Information Society (Cúpula da Sociedade Mundial da Informação), organizado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). As experiências encabeçadas pela agência foram o Projeto Piloto de Conectividade nas Escolas estabelecido pelo GAPE (o Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas), na categoria "Acesso à informação e conhecimento"; e o Plano de Ação de Combate à TV Box Pirata, na categoria "Ambiente Habilitador". Trata-se da mais relevante premiação da UIT para temas de conectividade, que visa "reconhecer projetos que utilizam TICs para impulsionar o desenvolvimento sustentável". No prêmio, concorrem mais de mil projetos de todos os reguladores, governos e iniciativas do mundo. A Anatel inscreveu sete projetos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **JUDICIÁRIO**

## Eleitos novos presidente e vice-presidente do STJ e CJF

Poder Judiciário | 26/04/2024

Os ministros Herman Benjamin e Luis Felipe Salomão serão os novos presidente e vice-presidente, respectivamente, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) no biênio 2024-2026. Os magistrados foram eleitos durante sessão do Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) realizada na terça-feira, dia 23 de abril. Os novos presidente e vice tomarão posse em agosto, em substituição à ministra Maria Thereza de Assis Moura e ao ministro Og Fernandes. O ministro Salomão também acumulará o cargo de corregedor-geral da Justiça Federal. Também passarão a integrar o CJF no próximo biênio, com posse prevista para maio, os ministros do STJ Reynaldo Soares da Fonseca, como membro efetivo, e Messod Azulay Neto, como suplente. Fonte: ABRAS

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## STF recebe segunda ação contra pontos da lei sobre igualdade salarial entre homens e mulheres

Poder Judiciário | 26/04/2024

O Partido Novo questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) pontos da lei que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres. Este é o segundo processo sobre o tema chega à Corte. A primeira ação foi proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7631, o partido político sustenta que partes da Lei 14.611/2023 são inconstitucionais, ao obrigar empresas com mais de 100 empregados a divulgarem salários e critérios remuneratórios em relatórios de transparência a serem enviados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O preenchimento obrigatório desse documento está regulamentado no Decreto 11.795/2023 e na Portaria 3.714/2023 do MTE, e seu descumprimento prevê a imposição de multas às empresas. Fonte: ABRAS

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Zanin suspende desoneração da folha de pagamento

Poder Judiciário | 25/04/2024 – 20h42min

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendendo a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), suspendeu na quinta-feira (25) trechos da lei de desoneração da folha de pagamento de diversos setores da economia, bem como da alíquota previdenciária das prefeituras. De acordo com o magistrado, o Congresso Nacional prorrogou a desoneração sem estudar devidamente seu impacto financeiro. A desoneração da folha de pagamento previdenciário de 17 setores, entre eles construção civil, indústria têxtil e comunicação, foi uma política temporária implementada no governo Dilma Rousseff para tentar conter o aumento do desemprego. Desde então, o Congresso Nacional manteve renovações constantes, afirmando se tratar de uma política econômica necessária para preservação da empregabilidade no país. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Governo Lula aciona STF contra desoneração da folha de empresas e prefeituras

Poder Judiciário | 24/04/2024 – 19h10min

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entrou com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para pedir a declaração de inconstitucionalidade da lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores e cortou a alíquota previdenciária de prefeituras. A ação é assinada pelo próprio presidente e pelo chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), ministro Jorge Messias. O principal argumento da ação é que a desoneração foi aprovada

pelo Congresso Nacional "sem a adequada demonstração do impacto financeiro da medida". O governo diz que a ausência de compensação viola a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Constituição Federal. "A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela Receita Federal do Brasil com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R\$ 10 bilhões anuais", diz o documento. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### **Pacheco anuncia que recorrerá ainda na sexta-feira (26) à decisão de Zanin contra a desoneração: 'Não há inconstitucionalidade em prorrogação'**

Poder Legislativo | 26/04/2024 – 13h04min

O presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que vai recorrer ainda na sexta-feira (26) da decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra. Pacheco afirmou que a prorrogação da desoneração é constitucional e citou antecedentes do próprio STF a favor da prorrogação da medida. — A lei, que é desde 2011, que vem sendo prorrogada, se sustenta inclusive no precedente do próprio Supremo Tribunal Federal, da lavra do então ministro Ricardo Lewandowski, que diz que não há inconstitucionalidade no caso de uma prorrogação — afirmou, acrescentando: — Há o cumprimento restrito da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não há, definitivamente, inconstitucionalidade alguma nesta prorrogação. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Campos Neto elogia Haddad e defende maior revisão de gastos**

Poder Executivo | 26/04/2024 – 10h21min

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, afirmou na sexta-feira (26) que a equipe econômica do governo Lula está com um esforço "enorme" para o controle de gastos públicos, elogiando ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele ponderou, por outro lado, que o país precisa de revisões estruturais nas despesas. — Eu (Brasil) preciso ser mais eficiente nos meus gastos. Ou seja, eu preciso ter revisões nos programas. O ministro (Fernando) Haddad tem feito uma força enorme na parte fiscal. É muito fácil falar sobre corte de gastos, escrever artigos, mas é muito difícil, porque o discricionário (gastos não obrigatórios) é muito pequeno — disse, em evento da Young President's Organization. As despesas obrigatórias do governo passam de 90% do Orçamento. O presidente da autarquia monetária defendeu a necessidade de uma redução no grau de indexação dos gastos públicos. O principal exemplo desse tipo de vinculação (não citado por ele) é o aumento real do salário mínimo, que também vale para benefícios previdenciários do INSS. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Câmara se irrita com governo Lula e Senado e teme atraso de recursos antes da eleição**

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 23h01min

O adiamento da sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais, prevista para quarta-feira (23), foi uma vitória para o governo Lula (PT), mas não significa que haverá dias mais tranquilos na relação do Executivo com o Parlamento. O governo conseguiu adiar a sessão, evitando possível derrota em diferentes projetos. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou o adiamento pouco depois de o

presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmar ser "muito ruim" não realizá-la no dia. O episódio contrariou Lira, e o clima entre o governo e a cúpula da Câmara dos Deputados não teve melhora. Também não há harmonia entre os comandos da Câmara e Senado. De um lado, aliados de Lira dizem que o impasse se deu por um suposto não cumprimento de acordo por parte dos senadores sobre o veto do petista ao valor de R\$ 5,6 bilhões reservados no Orçamento deste ano para o pagamento de emendas de comissão. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Arthur Lira cobra maior participação de Lula na articulação política**

Poder Legislativo | 25/04/2024 – 16h46min

Em entrevista dada à Globo News, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), falou sobre a dificuldade enfrentada pelo governo na construção de uma maioria no Congresso Nacional e a recente cobrança, por parte do presidente Lula, para que os ministros participem diretamente na articulação com o Legislativo. Na sua avaliação, parte das dificuldades é de conjuntura. Segundo ele, o presidencialismo de coalizão não corresponde mais aos anseios dos parlamentares. Para Lira, Lula tem de participar mais da articulação política. "O que eu sempre tenho falado com o presidente Lula é que é imprescindível para o país que o presidente se envolva mais na agenda de recebimento de parlamentares ou líderes partidários. Quanto mais ele se envolve no processo, mais sente a temperatura de como estão as coisas", declarou. O presidencialismo de coalizão é a abordagem clássica, adotada tanto pelo governo Lula quanto por diversos antecessores, para conseguir formar maioria dentro de um Legislativo fragmentado. A estratégia consiste em distribuir cargos da cúpula do Executivo e emendas orçamentárias às lideranças de diversos partidos, alinhados ou não à ideologia do partido do presidente, em troca de lealdade em votações. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

### **Anvisa participa de eventos sobre gestão coordenada de fronteiras**

Poder Executivo | 26/04/2024 – 11h38min

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) participou ativamente de dois eventos voltados para a gestão coordenada de fronteiras, promovidos pelo Subcomitê Técnico de Controles e Operativa de Fronteira do Mercosul. O primeiro desses eventos foi a Reunião Bilateral Argentina-Brasil, realizada nos dias 9 e 10 de abril, na sede da Aduana Argentina em Puerto Iguazú. Durante o encontro, foram discutidos temas relacionados às Áreas de Controle Integrado, além de questões voltadas para a otimização dos fluxos aduaneiros entre os diversos órgãos envolvidos no comércio exterior. Já o segundo evento ocorreu em Foz do Iguaçu, nos dias 11 e 12 de abril, reunindo representantes do setor público e privado para a elaboração do Mapeamento de importação e exportação de mercadorias entre o Brasil e o Paraguai. A Anvisa foi representada por servidoras e servidores da área de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF). Fonte: ASCOM ANVISA

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TRABALHISTA**

### **Projeto aumenta valor de benefício pago a pessoa com deficiência que trabalha**

Poder Legislativo | 26/04/2024 – 15h46min

O Projeto de Lei 1003/24 iguala o valor do auxílio-inclusão ao do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é de um salário mínimo mensal. Hoje, o auxílio-inclusão equivale a 50% do BPC. O BPC é pago a pessoas com deficiência e idosos que não tenham condição de se sustentar ou de serem sustentados por sua família. Já o auxílio-inclusão é pago a pessoas com deficiência moderada ou grave que recebam o BPC e passem a exercer atividade remunerada. É um estímulo para a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho. A proposta, do deputado Jonas Donizette (PSB-SP), está em análise na Câmara dos Deputados e altera a Lei 14.176/21, que trata do assunto. “A nossa proposta é aumentar o auxílio-inclusão para o mesmo valor do Benefício de Prestação Continuada. A receita de impostos gerados pelo emprego do beneficiário garantirá a diferença do valor do pagamento, não incorrendo em ônus consideráveis ao País”, afirma Jonas Donizette. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Luiz Marinho debate durante seis horas PLP 12/24 no Congresso Nacional**

Poder Executivo | **25/04/2024 – 20h**

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou na quinta-feira (25), de audiência pública na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF) para debater o Projeto de Lei Complementar 12/24 apresentado no mês passado pelo governo Lula para regulamentar o trabalho por meio de aplicativos de transporte privado de passageiros. É a quinta audiência pública realizada para debater o tema. O PLP 12/24 foi revirado durante 6 horas, recebendo elogios, críticas e sugestões. Luiz Marinho dedicou esse longo tempo de discussão para explicar o processo de construção do PL 12/24, rebatendo uma série de notícias falsas divulgadas, principalmente nas redes sociais, com relação ao projeto, detalhando de forma pormenorizada cada ponto aos parlamentares, sindicalistas, servidores públicos de carreira e representantes das empresas que estavam na audiência. “É muito importante trabalharmos conjuntamente nesse processo”, exortou Marinho. Segundo ele, não é verdadeiro que o grupo de trabalho se deu sem motoristas. “Pode ter faltado, pode ter sido insuficiente, mas quem participou do grupo foram motoristas, indicados pelas centrais da categoria”, explicou. Fonte: ASCOM MTE

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)